



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Caderno de Provas Objetivas

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre (nome, área e especialidade, quando for o caso), transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas. Confira também o seu nome e os dados do cargo para o qual você concorre (nome, área e especialidade, quando for o caso) em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

**NÍVEL
SUPERIOR**

MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O começo foi lá atrás e não foi fácil. A profissão que
hoje dá orgulho a Tião, aos 32 anos de idade, já foi motivo de
vergonha. Ele começou a catar lixo com onze anos, com a
4 família. “Para mim, catar lixo era natural”, diz. Para os outros,
não. Sua mãe deu uma entrevista e ele passou a ser perseguido
pelos colegas da escola. No dia seguinte ao da entrevista,
7 chegou à sala de aula e viu escrito na lousa: “Tião, filho da
xepeira”, uma referência à xepa, prática de pegar os restos de
feiras para levar para casa. Em uma festa da escola, Tião
dançava com a namoradinha, quando um menino anunciou pelo
10 microfone: “Olha, ela está dançando com o filho da xepeira.”
Humilhado, Tião saiu da festa correndo. Saiu também da
13 escola. Ficou cinco anos sem estudar. Agora cursa o
segundo ano do ensino médio. Seu sonho é cursar sociologia.

No documentário **Lixo Extraordinário**, Tião diz que
16 gosta de Nietzsche e Maquiavel. Ele encontrou um exemplar de
O Príncipe, de Maquiavel, no meio do chorume do aterro.
Depois de ler, ficou comparando os príncipes descritos por
19 Maquiavel com líderes do tráfico. Ele conta que a obra foi
fundamental quando estava começando sua própria liderança.
Depois da indicação ao Oscar, ele acha que sua voz vai chegar
22 muito mais longe que os trezentos metros quadrados do galpão
sufocante da associação dos catadores. “Quem nunca teve voz
agora vai ter, agora vão nos ouvir”, diz ele.

Sebastião Carlos dos Santos. *Do lixo ao Oscar*.
In: *Época*, 31/1/2011, p. 12 (com adaptações).

Com referência às ideias do texto acima e às estruturas nele empregadas, julgue os itens seguintes.

- 1 Nos trechos “chegou à sala de aula” (l.7) e “uma referência à xepa” (l.8), o emprego do sinal indicativo de crase, opcional em ambos os casos, justifica-se pela regência, respectivamente, da forma verbal “chegou” e do substantivo “referência”.
- 2 O trecho “prática de pegar os restos de feiras para levar para casa” (l.8-9) é uma expressão apositiva empregada para explicar o termo “xepa” (l.8).
- 3 No trecho “descritos por Maquiavel” (l.18-19), a expressão “por Maquiavel” designa o agente da ação expressa pela forma nominal “descritos”.
- 4 Sem prejuízo para a correção gramatical, o trecho “mais longe que os trezentos metros” (l.22), no qual se estabelece relação de comparação, admite a seguinte reescrita: mais longe do que os trezentos metros.
- 5 Pelas relações de sentido que se estabelecem no texto, subentende-se, no trecho “Para os outros, não” (l.4-5), a retomada, por coesão, do enunciado ‘catar lixo era natural’ (l.4).

1 A possibilidade de alguém sair às ruas do Cairo para
protestar contra o presidente Hosni Mubarak em 1998, ano em
que o jornalista norte-americano de origem egípcia Abdalla
4 Hassan se mudou para a cidade, era, nas palavras dele,
“simplesmente impensável”. “No máximo, culpava-se o
primeiro-ministro, jamais o presidente”, disse Hassan,
7 enquanto os protestos se espalhavam pelas ruas da capital
egípcia. Seu depoimento dá a dimensão do medo imposto pelo
ditador, que permaneceu 30 anos no poder — e quão
10 espetaculares e inesperados foram os eventos no Cairo e em
cidades como Suez e Alexandria. Multidões sublevadas saíram
pelas ruas clamando por melhores condições de vida, emprego
13 e, sobretudo, pelo fim do regime de Mubarak. Para deter as
manifestações, o ditador desativou a Internet, cortou a telefonia
celular e ocupou estações de rádio e TV. Decretou toque de
16 recolher. Não adiantou. Os protestos continuaram. A semana
terminou sem que estivesse claro o futuro político do maior
aliado dos Estados Unidos da América (EUA) no mundo árabe.
19 Se Mubarak caísse, o que viria em seu lugar — uma
democracia moderna ou uma teocracia islâmica como a do Irã?
A resposta a essa pergunta é crucial para toda a região.

Juliano Machado e Leticia Sorg. *O grito árabe
pela democracia*. In: *Época*, 31/1/2011, p. 32 (com adaptações).

Considerando as ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

- 6 No desenvolvimento da argumentação do texto, a oração “sem que estivesse claro o futuro político do maior aliado dos Estados Unidos da América (EUA)” (l.17-18) expressa circunstância de causa em relação à oração que a antecede.
- 7 No trecho “Se Mubarak caísse, o que viria em seu lugar” (l.19), estaria mantida a correção gramatical do texto caso se substituíssem as formas verbais “caísse” e “viria” por **cair** e **virá**, respectivamente.
- 8 Depreende-se do texto que o regime sob o qual viveram os egípcios durante as manifestações mencionadas, apesar de não ser considerado moderno, era mais democrático que o governo existente em 1998.
- 9 Subentende-se da argumentação apresentada no texto que as subleções da população decorreram de pressão religiosa oculta contrária ao apoio político oferecido pelos EUA ao Egito.
- 10 No trecho “enquanto os protestos se espalhavam pelas ruas da capital egípcia” (l.7-8), a próclise do pronome “se” justifica-se pela natureza subordinada da oração, explicitada pela conjunção temporal “enquanto”.

1 Os países com economias pujantes e estáveis e uma
 2 distribuição de renda relativamente equitativa entre seus
 3 habitantes tendem a ser menos vulneráveis — social e
 4 politicamente — que os países pobres, economicamente
 5 instáveis e com distribuição interna de riquezas fortemente
 6 desigual. O aumento significativo da desigualdade econômica
 7 e social dentro dos países ou entre eles reduzirá as
 8 possibilidades de paz. Evitar ou controlar a violência armada
 9 interna depende ainda mais, contudo, dos poderes e da
 10 efetividade do desempenho dos governos nacionais e da sua
 11 legitimidade perante a maioria dos habitantes dos respectivos
 12 países. Nenhum governo pode, hoje, dar por garantida a
 13 existência de uma população civil desarmada ou o grau de
 14 ordem pública há tanto tempo vigente em grande parte da
 15 Europa. Nenhum governo está, hoje, em condições de ignorar
 16 ou eliminar minorias internas armadas. No entanto, o mundo
 17 está cada vez mais dividido em países capazes de administrar
 18 seus territórios e seus cidadãos — mesmo quando afetados,
 19 como estava o Reino Unido, durante décadas, por ações
 20 armadas efetuadas por um inimigo interno — e um número
 21 crescente de territórios cujo entorno é demarcado por fronteiras
 22 oficialmente reconhecidas, com governos nacionais que
 23 flutuam entre a debilidade, a corrupção e a não existência.
 24 Essas áreas produzem lutas internas sangrentas e conflitos
 25 internacionais, como o que temos visto na África central. Não
 26 há, apesar de tudo, perspectivas imediatas de melhoras
 27 duradouras nessas regiões, e a continuação do enfraquecimento
 28 dos governos centrais nos países instáveis assim como o
 29 prosseguimento da balcanização do mapa do mundo sem
 30 dúvida provocarão um aumento do perigo de conflitos
 31 armados.

Um prognóstico possível: no século XXI, as guerras
 provavelmente não serão tão mortíferas quanto o foram no
 século XX. Mas a violência armada, gerando sofrimentos e
 perdas desproporcionais, persistirá, onipresente e endêmica —
 ocasionalmente epidêmica —, em grande parte do mundo.
 A perspectiva de um século de paz é remota.

Eric Hobsbawm. *Globalização, democracia e terrorismo*.
 São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 34-5 (com adaptações).

No que se refere à organização das ideias e a aspectos linguísticos e gramaticais do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 11 Subentende-se, pelas relações de sentido que se estabelecem no texto, que a expressão “Essas áreas” (l.24) retoma, por coesão, “territórios cujo entorno é demarcado por fronteiras oficialmente reconhecidas, com governos nacionais que flutuam entre a debilidade, a corrupção e a não existência” (l.21-23).
- 12 O sentido do texto seria mantido caso se substituisse a conjunção “quanto” (l.32) por **como**.
- 13 No trecho “Mas a violência armada, gerando sofrimentos e perdas desproporcionais, persistirá, onipresente e endêmica — ocasionalmente epidêmica —, em grande parte do mundo” (l.34-36), estariam mantidos o sentido e a correção gramatical do texto caso fosse suprimida a vírgula que precede a expressão “em grande parte do mundo”.
- 14 Subentende-se da argumentação do texto que, no século XX, a violência atingiu de forma indiscriminada países economicamente estáveis e instáveis, mas, no século XXI, ela será agravada e restrita às regiões balcanizadas de países economicamente instáveis.
- 15 Infere-se da leitura do texto que a garantia de paz resulta da capacidade de os governos se certificarem do desarmamento da população civil.
- 16 Os vocábulos “países” e “áreas” são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 17 No trecho “Nenhum governo pode, hoje, dar por garantida a existência de uma população civil desarmada ou o grau de ordem pública” (l.12-14), estaria mantido o sentido do texto caso o termo “garantida” fosse substituído por **garantidos**.

A língua escrita, como a falada, compreende diferentes níveis, de acordo com o uso que dela se faça. Por exemplo, em uma carta a um amigo, podemos nos valer de determinado padrão de linguagem que incorpore expressões extremamente pessoais ou coloquiais; em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente. Nos dois casos, há um padrão de linguagem que atende ao uso que fazemos da língua, a finalidade com que a empregamos.

Manual de Redação da Presidência da República. 2.º ed.,
 2002, p. 5. Internet: <www.planalto.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens subsecutivos, referentes à linguagem empregada na correspondência oficial.

- 18 Os assuntos que constam da redação oficial devem ser tratados de forma impessoal, com exceção das propostas de projetos normativos apresentadas nas exposições de motivos.
- 19 O emprego da norma culta dispensa a formalidade de tratamento em documentos emitidos internamente em órgãos da administração pública.
- 20 Em ofícios e memorandos, independentemente da urgência dos assuntos tratados, mantêm-se as exigências de concisão e clareza da linguagem e de revisão cuidadosa do texto do expediente.

O Irã está envolvido em polêmicas relacionadas ao uso de energia nuclear e à possibilidade de uso dessa energia para a construção de uma bomba atômica. Com relação a essa polêmica e aos desdobramentos por ela suscitados, julgue os próximos itens.

- 21 Acompanhando a decisão norte-americana, o Brasil votou a favor de sanções contra o Irã.
- 22 Em junho de 2010, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas aprovou novas sanções ao Irã.
- 23 Brasil e Turquia selaram acordo com o Irã, mediante o qual este país se comprometeu a enviar urânio em troca de combustível enriquecido para uso em aplicações de natureza pacífica.

Julgue os itens seguintes, a respeito da preservação do meio ambiente no Brasil.

- 24 Em 2010, ambientalistas conseguiram, por meio de ações civis, impedir a construção das usinas de Jirau e Santo Antônio.
- 25 De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 45% da área original da Amazônia já havia sido desmatada até 2009.
- 26 O desmatamento na Amazônia representa apenas um décimo do total da emissão de gases de efeito estufa no Brasil.

Com referência aos dados do Censo 2010 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), julgue os itens subsequentes.

- 27 No Censo de 2010, a classificação cor/raça fez parte não apenas dos questionários de amostra, como aconteceu no Censo 2000, mas também do questionário básico nacional.
- 28 Os dados divulgados pelo IBGE indicaram crescimento populacional superior ao que havia sido calculado pelas projeções anteriores.
- 29 A partir de 2010, foram investigados os novos arranjos familiares, como, por exemplo, agregados, conviventes ou cônjuges do mesmo sexo.

Em 31 de outubro de 2010, o Brasil elegeu a primeira mulher para o cargo de presidente da República. A respeito das eleições de 2010, julgue os itens subsequentes.

- 30 As eleições para a Câmara dos Deputados foram marcadas pela fragmentação dos votos, e nenhum partido elegeu isoladamente mais de cem deputados.
- 31 No segundo turno, o Tribunal Superior Eleitoral registrou o menor índice de abstenção desde a implementação da urna eletrônica.
- 32 A campanha eleitoral foi marcada pela incerteza, pois o Tribunal Superior Eleitoral não tomou uma decisão a respeito da Lei da Ficha Limpa.

Nos últimos tempos, desastres da natureza têm feito vítimas em várias partes do mundo. Com relação a esses desastres, julgue os itens que se seguem.

- 33 No ano de 2005, Nova Orleans, nos EUA, foi seriamente atingida pelo furacão Katrina, que provocou o rompimento de diques e, em consequência, o alagamento de muitos setores da cidade.
- 34 Localizadas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, as principais usinas atômicas japonesas foram completamente destruídas, após terem sido atingidas por vários terremotos e dois *tsunamis* em março passado.
- 35 Em 2010, no Chile, a exemplo do que ocorreu no Japão em março passado, um terremoto de grande intensidade e abrangência — nove pontos na principal escala de medição desse tipo de fenômeno — matou dezenas de milhares de pessoas e destruiu centenas de milhares de casas e prédios em todo o território do país.
- 36 No início deste ano, na região serrana do estado do Rio de Janeiro, a ação humana contribuiu para o aumento da quantidade de vítimas dos deslizamentos de terra provocados pela água das chuvas.

Com relação aos conceitos e aplicativos dos ambientes Microsoft Office e BrOffice, julgue os itens a seguir.

- 37 O Layout de Impressão, um dos modos de exibição de arquivos no Microsoft Word, permite que se visualize o documento aberto para posterior impressão em papel, sem que seja possível, no entanto, fazer qualquer alteração do processo de edição e impressão.
- 38 Em uma planilha em edição no Calc, se houver um número em uma célula e se, a partir dessa célula, a alça de preenchimento for levada para as células adjacentes, será automaticamente criada uma sequência numérica a partir desse número.
- 39 No Microsoft PowerPoint, um arquivo pode ser editado tendo-se como base um conjunto de eslaides mestres que podem ser alternados durante a apresentação, criando-se, assim, uma variação de formatos, planos de fundo e padrões que podem ser utilizados para enriquecer a apresentação com diversos estilos.
- 40 No MS Word, os temas são recursos que auxiliam na definição de formatos de textos por meio de estilos criados com tamanhos de fontes variados, plano de fundo, marcadores de tópicos que podem ser utilizados para caracterizar um documento ou um conjunto deles.
- 41 Para se inserir uma função em uma célula de planilha do Microsoft Excel, é necessário, primeiramente, selecionar essa célula e acionar o assistente Inserir Função. Por meio dele, é possível inserir funções de diversas categorias, como as funções estatísticas média aritmética, média geométrica e desvio padrão, entre outras.

Com referência a aplicativos e conceitos relacionados à Internet, julgue os itens que se seguem.

- 42 O Microsoft Outlook é uma ferramenta de correio eletrônico que facilita o gerenciamento de mensagens por meio de opções avançadas. Porém, sua desvantagem é a necessidade de o computador estar conectado à Internet ou à *intranet* da organização quando for preciso acessar as pastas de mensagens recebidas.
- 43 O Mozilla Thunderbird é um programa livre e gratuito de *email* que, entre outras funcionalidades, possui um recurso de *anti-spam* que identifica as mensagens indesejadas. Essas mensagens podem ser armazenadas em uma pasta diferente da caixa de entrada de *email* do usuário.
- 44 No Internet Explorer, a opção Adicionar a Favoritos permite armazenar localmente uma página visitada frequentemente. Assim, em acessos futuros, essa página adicionada a Favoritos estará disponível, mesmo que o computador não esteja conectado à Internet.

Julgue os itens a seguir, acerca do sistema operacional Windows XP.

- 45 A criação de novas pastas no Windows Explorer pode ser feita pelo usuário, de modo a facilitar a forma com que os arquivos possam ser armazenados.
- 46 O recurso de atualização do Windows Update permite, entre outras coisas, baixar automaticamente novas versões do Windows, efetuar atualização de *firewall* e antivírus, assim como registrar os programas em uso mediante pagamento de taxa de administração para a empresa fabricante desse sistema operacional no Brasil.
- 47 Por meio das Opções de energia no Painel de Controle do Windows XP, o usuário pode ajustar as opções de gerenciamento de energia à configuração de *hardware* exclusiva suportada pelo seu computador.

Julgue os itens subsecutivos, referentes a conceitos de tecnologia da informação.

- 48 Tecnologias como a biometria por meio do reconhecimento de digitais de dedos das mãos ou o reconhecimento da íris ocular são exemplos de aplicações que permitem exclusivamente garantir a integridade de informações.
- 49 Um filtro de *phishing* é uma ferramenta que permite criptografar uma mensagem de *email* cujo teor, supostamente, só poderá ser lido pelo destinatário dessa mensagem.
- 50 O conceito de confidencialidade refere-se a disponibilizar informações em ambientes digitais apenas a pessoas para as quais elas foram destinadas, garantindo-se, assim, o sigilo da comunicação ou a exclusividade de sua divulgação apenas aos usuários autorizados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens seguintes, relativos à Constituição em sentido sociológico e ao controle de constitucionalidade.

- 51 A ação direta de inconstitucionalidade por omissão pode ser proposta pelos mesmos legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade genérica e da ação declaratória de constitucionalidade.
- 52 Os efeitos da decisão procedente de uma ação direta de inconstitucionalidade são *ex tunc* e *erga omnes*, não se admitindo exceções à regra legalmente instituída.
- 53 A concepção sociológica, elaborada por Ferdinand Lassale, considera a Constituição como sendo a somatória dos fatores reais de poder, isto é, o conjunto de forças de índole política, econômica e religiosa que condicionam o ordenamento jurídico de determinada sociedade.

Considerando as normas constitucionais sobre os direitos e garantias fundamentais, julgue o item subsequente.

- 54 A requisição, como forma de intervenção pública no direito de propriedade que se dá em razão de iminente perigo público, não configura forma de autoexecução administrativa na medida em que pressupõe autorização do Poder Judiciário.

Julgue os itens que se seguem, referentes às atribuições dos poderes Legislativo e Executivo.

- 55 As competências privativas atribuídas ao presidente da República pelo texto constitucional não podem, pela sua natureza, em nenhuma hipótese, ser objeto de delegação.
- 56 Incumbe privativamente ao Senado Federal avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Com referência ao Poder Judiciário, julgue os próximos itens.

- 57 Dada a impossibilidade de se constituírem, no âmbito dos estados, varas especializadas sobre questões agrárias, os tribunais de justiça devem designar juízes de entrância especial com competência exclusiva para dirimir conflitos dessa natureza.
- 58 Os emolumentos e as custas judiciais são destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da justiça.

No que se refere aos serviços públicos, julgue o item a seguir.

- 59 Consideram-se serviços públicos *uti universi* os que são prestados à coletividade, mas usufruídos indiretamente pelos indivíduos, como são os serviços de defesa do país contra inimigo externo e os serviços diplomáticos.

No que concerne aos poderes e aos atos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

- 60 O ato administrativo pode extinguir-se pela cassação, situação em que a retirada do ato se dá porque sobrevém norma jurídica que torna inadmissível a situação antes permitida pelo direito e outorgada pelo ato precedente.
- 61 O poder disciplinar consiste em distribuir e escalonar as funções, ordenar e rever as atuações e estabelecer as relações de subordinação entre os órgãos públicos, inclusive seus agentes.

Considerando a Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens subsecutivos.

- 62 Os atos de improbidade administrativa estão taxativamente previstos em lei, não sendo possível compreender que sua enumeração seja meramente exemplificativa.
- 63 As sanções penais, civis e administrativas previstas em lei podem ser aplicadas aos responsáveis pelos atos de improbidade, de forma isolada ou cumulativa, de acordo com a gravidade do fato.

Com relação ao controle da administração e à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subseqüentes.

- 64 Para se caracterizar a responsabilidade civil do Estado no caso de conduta omissiva, não basta a simples relação entre a omissão estatal e o dano sofrido, pois a responsabilidade só estará configurada quando estiverem presentes os elementos que caracterizem a culpa.
- 65 Entre as formas de controle parlamentar da administração pública está a convocação, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal ou por qualquer de suas comissões, de ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

Julgue os itens que se seguem, relativos a propriedade, obrigações e negócios jurídicos.

- 66 De acordo com o Código de Processo Civil, a consignação em pagamento pode ser judicial ou extrajudicial. Esta última hipótese, entretanto, só tem aplicação no caso de obrigação em dinheiro ou de dar coisa certa móvel.
- 67 O possuidor de coisa móvel, de forma contínua e incontestada, pode adquiri-la pela usucapião, independentemente da existência de justo título ou boa-fé.
- 68 O crédito é um direito que pode ser cedido pelo seu titular (credor). Entretanto, a cessão de crédito, em regra, dependerá da anuência tanto do cessionário quanto do devedor.
- 69 É permitida pelo ordenamento processual a alienação de coisa julgada. O adquirente, entretanto, só poderá ingressar no processo, substituindo o alienante, com o consentimento da outra parte do processo; caso contrário, o adquirente só poderá intervir no processo na qualidade de assistente do alienante.

Com referência a tutela, curatela, ausência, casamento, relações de parentesco e sucessão, julgue os próximos itens.

- 70 De acordo com a sistemática adotada pelo Código Civil, o parentesco pode ser natural ou civil, de maneira que duas pessoas podem ser parentes por consanguinidade ou por afinidade, o que se dá, por exemplo, em relação a determinada pessoa e aos ascendentes, descendentes e irmãos de seu cônjuge.
- 71 Apesar de não reconhecer a personalidade do nascituro, o Código Civil põe a salvo os seus direitos desde a concepção. Nesse sentido, na hipótese de interdição de mulher grávida, o curador desta será também o curador do nascituro.
- 72 No que tange à capacidade para suceder, é correto afirmar que, com a abertura da sucessão, a herança se transmite imediatamente aos herdeiros, que passam a ser titulares de direitos adquiridos, aplicando-se a lei vigente à época da morte do autor da herança.
- 73 A ausência é uma causa de incapacidade reconhecida pelo Código Civil, de maneira que, se ela for declarada judicialmente, deve-se nomear curador ao ausente.
- 74 O casamento é um instituto de múltiplos efeitos jurídicos, irradiando sua eficácia sobre a vida pessoal dos cônjuges. Em algumas hipóteses, tais efeitos perduram mesmo depois do término da sociedade conjugal, como se dá, por exemplo, no caso de divórcio, em que, em regra, o cônjuge pode manter o nome de casado.

Julgue os itens de 75 a 80, relativos a direito processual civil.

- 75 De acordo com a sistemática processual, um dos requisitos da petição inicial é que nela conste o pedido com as suas especificações. A petição inicial a que falte o pedido é considerada inepta e será indeferida de plano pelo juiz.
- 76 A revelia é a ausência de contestação do réu e tem como principal efeito o fato de se reputarem verdadeiros os acontecimentos afirmados pelo autor. Assim, salvo no caso de direitos indisponíveis, ocorrida a revelia, o juiz proferirá sentença julgando antecipadamente a lide e decidindo, sempre, o mérito da causa pela procedência do pedido.
- 77 A respeito da divisão do ônus da prova, a regra geral é que ao autor incumbe provar o fato constitutivo do seu direito e, ao réu, os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. É permitida, entretanto, a convenção entre as partes para distribuir o ônus da prova de maneira diversa, desde que a prova não recaia sobre direito indisponível e que a convenção não torne extremamente difícil a uma das partes exercer o seu direito de defesa.
- 78 Sentença é ato processual do juiz, mediante o qual se resolve ou não o mérito da causa, pondo fim ao processo, em qualquer das duas hipóteses.
- 79 A citação é o ato processual pelo qual se chama o réu ou interessado para ir a juízo a fim de se defender. Em atenção ao princípio do devido processo legal, a validade do processo depende da citação, de maneira que o processo será nulo na ausência da regular citação, ainda que o réu tenha exercido regularmente o seu direito de defesa.

- 80 De acordo com a sistemática adotada pelo Código de Processo Civil, a execução de sentença proferida por juízo cível se dá pelo mesmo procedimento da execução de títulos extrajudiciais, ou seja, não é a natureza do título executivo que determina o tipo de execução. O que distingue a execução de título judicial da execução de título extrajudicial é a extensão da matéria que pode ser arguida em sede de embargos do devedor.

Com relação aos princípios de direito penal, à aplicação da lei penal e ao crime, julgue os itens subsequentes.

- 81 Considere que, no âmbito penal, um agente, julgando ter obtido o resultado intentado, pratique uma segunda ação, com diverso propósito, e, só a partir desta ação, produza-se, efetivamente, o resultado pretendido. Nessa situação, configura-se o dolo geral, também denominado *aberratio causae*.
- 82 Uma das funções do princípio da legalidade refere-se à proibição de se realizar incriminações vagas e indeterminadas, visto que, no preceito primário do tipo penal incriminador, é obrigatória a existência de definição precisa da conduta proibida ou imposta, sendo vedada, com base em tal princípio, a criação de tipos que contenham conceitos vagos e imprecisos.
- 83 Considere que um indivíduo pratique dois crimes, em continuidade delitiva, sob a vigência de uma lei, e, após a entrada em vigor de outra lei, que passe a considerá-los hediondos, ele pratique mais três crimes em continuidade delitiva. Nessa situação, de acordo com o Código Penal, aplicar-se-á a toda a sequência de crimes a lei anterior, por ser mais benéfica ao agente.

Acerca do direito penal, julgue os itens seguintes.

- 84 Se A, funcionário público, na companhia de B, que sabe da qualidade funcional de A, retardar ato de seu ofício, infringindo dever funcional, a pedido de terceiro, ambos responderão por prevaricação.
- 85 Considere que os indivíduos João e José — ambos com *animus necani*, mas um desconhecendo a conduta do outro — atirem contra Francisco, e que a perícia, na análise dos atos, identifique que José seja o responsável pela morte de Francisco. Nessa situação hipotética, José responderá por homicídio consumado e João, por tentativa de homicídio.
- 86 O perdão judicial, uma das possíveis causas extintivas da punibilidade, consiste na manifestação de vontade, expressa ou tácita, do ofendido ou de seu representante legal, acerca de sua desistência da ação penal privada já iniciada.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao processo penal.

- 87 Caso diversas infrações sejam praticadas por diversas pessoas, umas contra as outras, configurar-se-á conexão intersubjetiva por reciprocidade.
- 88 O princípio da obrigatoriedade é mitigado em infrações de menor potencial ofensivo, uma vez que, nesses casos, há possibilidade de oferta de transação penal.
- 89 Via de regra, em crimes de atribuição da polícia civil estadual, caso o indiciado esteja preso, o prazo para a conclusão do inquérito será de quinze dias, podendo ser prorrogado; e caso o agente esteja solto, o prazo para a conclusão do inquérito será de trinta dias, podendo, também, ser prorrogado.

Julgue os itens seguintes, referentes a prisões, liberdade provisória e procedimentos processuais penais.

- 90 A sentença de pronúncia, que possui natureza de decisão interlocutória mista terminativa, é uma das decisões que encerra a primeira fase do rito especial do júri, denominada *judicium accusationis*.
- 91 Caberá prisão preventiva na persecução penal para a apuração de crimes dolosos e culposos sujeitos à punição com pena de reclusão ou detenção.
- 92 Caberá liberdade provisória sem fiança e sem vinculação ao réu que praticar infrações cuja pena de multa seja a única cominada e cujo máximo de pena privativa de liberdade — isolada, cumulada ou alternada — não ultrapasse três meses.
- 93 O procedimento comum será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade; ou sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a quatro anos de pena privativa de liberdade.

Acerca de nulidades e recursos, julgue os itens subsecutivos.

- 94 Caberá recurso em sentido estrito contra a sentença que pronunciar o réu e recurso de apelação contra a sentença que o impronuncie.
- 95 A nulidade da instrução criminal dos processos de competência do júri deverá ser arguida até o encerramento da instrução, no momento dos debates finais, ao passo que a nulidade da instrução criminal dos processos de competência do juiz singular deverá ser arguida no encerramento da instrução, quando das alegações finais orais ou da apresentação de memoriais.

Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os itens a seguir.

- 96 Os direitos da personalidade das crianças e dos adolescentes são oponíveis *erga omnes*.
- 97 Entende-se por família extensa ou ampliada aquela constituída também pelos parentes próximos, observados os vínculos de afinidade e afetividade, aspecto considerado no caso de colocação de criança ou adolescente em família substituta.
- 98 A guarda serve, necessariamente, como primeiro passo para o pedido de tutela ou adoção, uma vez que servirá como estágio de convivência.
- 99 O procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar poderá ser iniciado de ofício pelo juiz da infância e da juventude.
- 100 A redução da maioridade civil prevista na Lei n.º 10.406/2002 impede a aplicação de medida socioeducativa a pessoas com idade entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Julgue os itens de 101 a 106, relativos à criança e ao adolescente.

- 101 É assegurada ao adolescente a garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente, sob pena de nulidade absoluta.
- 102 As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional deverão acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, devendo comunicar o fato em até 24 horas ao juiz da infância e da juventude, sob pena de responsabilidade.
- 103 A prestação de serviços comunitários como medida socioeducativa consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, não podendo exceder, em nenhuma hipótese, a seis meses.

104 A remissão concedida pelo representante do Ministério Público como forma de exclusão do processo poderá ser determinada em qualquer fase do procedimento judicial, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e à sua maior ou menor participação no ato infracional.

105 Haverá em cada município pelo menos um conselho tutelar, composto por, no mínimo, cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

106 Conforme preceitua o ECA, serão de competência exclusiva da vara da infância e da juventude os pedidos de adoção de criança e os incidentes relacionados a esses pedidos.

No que concerne aos procedimentos e ao papel do Ministério Público, conforme estabelecido no ECA, julgue os itens que se seguem.

107 Ao *parquet* compete, de forma exclusiva, promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.

108 Em caso de infração, comparecendo um dos pais ou responsável, o adolescente deverá ser, em qualquer caso, prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, devendo a autoridade policial fundamentar sua decisão para não incidir nas penas elencadas no estatuto.

Acerca do papel do Poder Judiciário e da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, julgue os itens a subseqüentes.

109 O valor das multas aplicadas em face de crimes e infrações administrativas cometidas pelos órgãos auxiliares será revertido ao fundo gerido pelo conselho dos direitos da criança e do adolescente do estado no qual esteja localizado o órgão autuado.

110 O Poder Judiciário deverá ser acionado sempre que os direitos das crianças e dos adolescentes não forem atendidos de forma suasória.

Com base na Constituição do estado do Espírito Santo e nas Leis Complementares Estaduais n.º 46/1994 e n.º 234/2002, julgue os itens a seguir. Nos itens em que for empregada, considere que a sigla TJ/ES refere-se ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

111 A penalidade de demissão será aplicada em caso de reincidência em faltas punidas com advertência, acarretando o cancelamento automático do pagamento da remuneração do servidor público.

112 É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários e os cargos forem um de professor e o outro de natureza técnica ou científica.

113 Compete ao TJ/ES processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, ressalvada a competência da justiça eleitoral, o vice-governador do estado, os deputados estaduais, os prefeitos municipais, os juizes de direito e os membros do Ministério Público.

114 O TJ/ES, órgão supremo do Poder Judiciário estadual, com sede na capital e jurisdição em todo o estado, compõe-se de vinte e seis desembargadores, que devem estar em maioria absoluta para que seja declarada inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

115 O vencimento, a remuneração e os proventos não sofrerão descontos além dos previstos em lei, nem serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, ainda que se trate de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Considerando o plano de carreiras e vencimentos dos servidores efetivos do Poder Judiciário do estado do Espírito Santo, julgue os itens seguintes.

- 116 Grupo ocupacional é o conjunto de cargos cujas atividades profissionais são da mesma natureza ou ramo de conhecimento.
- 117 Cargo é a unidade básica da estrutura da carreira, responsável pelo estabelecimento da evolução funcional, de acordo com a complexidade e o grau de responsabilidade das funções do cargo.
- 118 O vencimento básico é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo, conforme o padrão da classe e o nível em que o servidor esteja enquadrado, sobre o qual incidirão os cálculos de adicionais e outras vantagens.

Julgue os próximos itens, a respeito do regime jurídico dos servidores públicos do estado do Espírito Santo.

- 119 O regime jurídico único tem natureza de direito público e regula as condições de provimento dos cargos, os direitos e as vantagens, os deveres e as responsabilidades dos servidores públicos civis.
- 120 Os servidores do TJ/ES ocupantes de cargo efetivo devem cumprir seis horas diárias de serviço e os ocupantes de cargo comissionado e função gratificada, oito horas diárias, ressalvada a possibilidade de cumprimento de sete horas ininterruptas, a critério do tribunal.